

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NUMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA¹

Debatedor:
Antonio Alberto MACHADO²

RESUMO: A prática do Direito Penal tem coincidências identificadas a partir de experiências brasileiras e argentinas. As distinções se referem ao debate político sobre sua relação com as condições sociais nas quais são aplicadas as sanções.

PALAVRAS-CHAVE: Direito penal. Experiências brasileiras. Experiências argentinas.

ABSTRACT: *The Criminal Law practices to confront criminality have coincidences between Brazil and Argentina. The distinctions are based on political references when faced the social conditions on their applications.*

KEY WORDS: *Criminal laws. Brazilian experiences. Argentine experiences.*

Boa noite. Quero dar as boas vindas ao professor Mariano e ao mesmo tempo cumprimentá-lo pela brilhante exposição realizada acerca da evolução da violência ao longo do tempo, uma visão estrutural, muito didática, o que nos permitiu quase que ver o fenômeno da violência ao longo da sua exposição. Quero também dar as minhas boas vindas ao meu colega de Unesp, amigo, companheiro de algumas batalhas, Augusto Caccia-Bava, que hoje é também aqui anfitrião, porque é um dos co-organizadores desse evento, promovido também pelo Seminário Gramsci, representado por outros integrantes aqui, como meu também companheiro, amigo Marcelo Pedroso Goulart. Uma palavra também de apoio e estímulo ao meu “pupilo” aqui o Plínio Maciel que mostra talento para mediar e também para suscitar debates (risos).

Eu gostaria de ser bastante breve na minha intervenção, porque acho que todos nós aqui estamos muito curiosos por voltar a ouvir o professor Mariano acerca das questões que todos, certamente temos. Vou fazer, portanto, uma intervenção bastante breve e, na medida do possível, eu pretendo estabelecer algumas conexões daquilo que vou falar acerca da nossa realidade local com a abordagem estrutural que o professor Mariano acabou de fazer.

¹ Conferência proferida no dia 12 de agosto de 2008, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca – SP – Brasil.

² Promotor de Justiça de Ribeirão Preto. Professor livre-docente e coordenador do NEDA (Núcleo de Estudos de Direito Alternativo) na UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de História, Direito e Serviço Social - Departamento de Direito Público. Franca – SP – Brasil. 14400-690 - machado@mp.sp.gov.br

Quando eu fui convidado para fazer a intervenção nessa mesa, que discute políticas públicas contra a violência numa sociedade democrática, imediatamente, considerei que não podemos abrir mão de fazer um pouco de ciência, como eu tenho afirmado ao longo das aulas de Processo Penal. Na verdade, a grande base da disciplina, o conteúdo da matéria é muito mais dogmático do que propriamente o conteúdo sociológico, criminológico, antropológico. Mas, na medida em que, mesmo nós que lidamos com a dogmática, tendendo a acabar sufocando qualquer tipo de reflexão que queira ir além da simples reprodução da dogmática, me faz recordar um autor soviético que dizia que “a ciência do direito começa exatamente quando termina a dogmática”.

E nós, que somos professores da dogmática, temos tido essa preocupação de não sufocarmos, também, aquelas dimensões, aquelas sopros, aqueles suspiros, aquelas possibilidades de falarmos cientificamente do Direito e, no caso específico, do **processo penal**, o que nos remete ao problema da violência e da criminalidade, entre outros.

Nesse esforço de enxergar também toda essa realidade que cerca a dogmática do processo penal (que nós temos que aprender, treinar e aplicar) não raramente eu canso os meus alunos com uma abordagem mais problematizante, que avança um pouco no campo sociológico, no campo antropológico, no campo da criminologia, sempre no que me é possível fazer; eu que não tenho autoridade nem conhecimento suficiente para andar pelos campos da sociologia, da antropologia, da criminologia.

Mas, quando convidado para participar do tema, do assunto, da questão das políticas contra a violência na sociedade democrática, eu confesso que tive também essa intenção, de abordar esse problema a partir de algumas causas que estão naquilo que o professor Mariano chamou de “a gênese da violência”, que são causas específicas e típicas da sociedade capitalista. É quase lugar comum, e todos vão desculpar o truísmo, todos sabemos isso, é lugar comum dizer que a exclusão social, a miséria e a pobreza, se não são a causa única da violência na sociedade contemporânea, inclusive em sociedades como a do Brasil, e provavelmente como a da Argentina também, são fatores poderosíssimos.

A exclusão, a pobreza e a miséria são fenômenos que andam de par com a modernização e com a sociedade capitalista. Além desse fator, parece-me que há um outro que fica assim muito dissimulado ou, às vezes, até compreendido nessa questão da miséria e da exclusão, mas que não se identifica, rigorosamente, com miséria e exclusão, que é o fator da desigualdade social. A miséria, a exclusão, a pobreza geram violência, mas aqueles que ainda não estão excluídos, que não estão na condição de miseráveis, mas que sofrem algum efeito da desigualdade, também sofrem a pressão para a prática de atos violentos.

Eu quando passei, e essa é uma observação empírica, pela Vara da Infância e Juventude, no setor dos adolescentes infratores em Ribeirão Preto, que é uma cidade

hoje atemorizada pela violência, como outras cidades grandes do Estado de São Paulo e do Brasil; eu quando passei por lá, não raro, eu tive a oportunidade de encontrar adolescentes infratores que cometeram crimes graves, como assalto a mão armada, às vezes até latrocínios, simplesmente para furtar óculos de sol, que sua condição social não permitia adquirir.

Mas, eram adolescentes que estavam calçados, vestidos, muitas vezes até com tênis de marca, com roupa de marca, tinham escola, tinham comida, tinham lugar para morar, tinham pai, tinham mãe e, mais de uma vez, eu tive de entrar no socorro do adolescente, que na minha frente, na sala do promotor, era espancado pelo pai, pela mãe, que não conseguiam entender o motivo pelo qual o menino com a barriga cheia, com escola, com casa pra morar, bem vestido, pudesse estar na rua furtando óculos de sol. Coisas assim, supérfluas como essa, me levaram a tirar a seguinte conclusão, evidentemente, a partir de dados empíricos: de que a possibilidade de não ser igual, de não ter as mesmas coisas é um forte fator de pressão para a criminalidade.

Além disso, tais adolescentes ainda tinham o exemplo do pai que era trabalhador, o que me levava, também, a uma outra conclusão: o exemplo de pais trabalhadores já não basta mais para convencer os adolescentes no momento, de que eles devem, tal como aconteceu com seus pais, se conformar com a desigualdade, com a pobreza. De modo que, pobreza e desigualdade, parecem-me que são fatores que andam na base, na gênese da criminalidade. Mas além desses fatores, eu tenho a impressão de que, mesmo aqueles que têm as suas necessidades básicas atendidas, que têm todos os benefícios, do conforto, de algum nível de igualdade, mesmo esses precisam ter sonhos, precisam ter perspectiva de vida, precisam ter projetos de vida, precisam acreditar no futuro, no amanhã, acreditar que possam ser alguma coisa na vida, que possam ser, efetivamente, cidadãos; que possam ter um trabalho efetivamente livre, que não precisem se submeter à exploração e à dominação. Daí que me parece que o combate à criminalidade passa pelo combate a esses fatores, ou seja, a pobreza, a miséria, o combate à desigualdade e o combate também à falta de perspectiva.

E as políticas públicas, num Estado e numa sociedade democráticos, a meu ver, têm que saber enfrentar esses problemas. É inevitável lembrar o exemplo de Bogotá e Medellín, que conviviam com níveis de violência estratosféricos, desesperadores: 380 homicídios para 100 mil habitantes por ano. É muita coisa, convenhamos.

São 380 homicídios por ano numa cidade como Jaboticabal, Sertãozinho, seriam 700 homicídios, por ano, numa cidade como Araraquara, mil numa cidade como Franca, Ribeirão Preto, uma coisa estratosférica. Nessas duas experiências nas cidades colombianas, segundo o que pude acompanhar pela imprensa e pela visita de um secretário de segurança, responsável pelas políticas públicas naquelas duas cidades, eu tenho observado que o antídoto contra aquilo que se chama de veneno da sociedade

colombiana, que era aquela violência; o antídoto não foi outra coisa senão a criação dos meios, das alternativas, dos mecanismos que pudessem gerar esperança. Como, por exemplo, parece-me uma coisa prosaica, a construção de praças esportivas, a iluminação de ruas, a construção de infra-estrutura, o saneamento básico dos bairros da periferia, a habitação das favelas, a construção de escolas, a criação profusa de bibliotecas.

Parece-me, tudo isso, um antídoto muito poderoso nessa recuperação do sonho e da esperança, da crença no porvir, possibilidade de ser cidadão e não se entregar ao crime. Resta saber se uma Colômbia de Álvaro Uribe vai mesmo querer combater a miséria e a desigualdade para erradicar, de vez, a violência daquelas duas cidades. Porque, parece-me bem importante saber o seguinte: o êxito de Medellín e Bogotá foi chegar aos níveis de violência que nós temos hoje no Brasil.

Não vamos imaginar que aquele exemplo possa ser transplantado para cá, para erradicar a violência, porque eles pararam por ali; eles nem chegaram aos níveis do Brasil. Lá, a sociedade ainda é mais violenta do que a sociedade brasileira; agora o salto de 380 homicídios para cada 100 mil habitantes para 80 por ano é um salto absurdo, quer dizer, alguma coisa funcionou e parece-me que esses mecanismos de recuperação dos sonhos e dos projetos de vida funcionaram, em boa medida. Com quais providências? Com essas e com uma reeducação da polícia, ou seja, com uma reformulação na relação da polícia com o cidadão, uma polícia menos repressiva e mais participativa na vida das comunidades e dos bairros periféricos, coisas que nós não temos visto no Brasil.

Mas, uma idéia que me parece interessante colocar e nunca perder de vista é que esses fatores, que eu tenho apontado e que as autoridades apontam como sendo fatores poderosamente criminosos, como a miséria, a desigualdade e a falta de esperança, estão justamente ligadas, são simetricamente responsáveis pela alta cifra de crimes, que tem exatamente a finalidade de fazer com que o criminoso obtenha o bem, obtenha a posse, obtenha alguma coisa que ele não possa ter, licitamente. Ou seja, o que apavora a sociedade brasileira são os crimes de furto, de roubo, de seqüestro, de latrocínio, de tráfico de drogas, e se nós bem avaliarmos a natureza desses crimes, poderemos concluir que, em boa medida, todos eles são praticados para que o criminoso possa obter uma redução da sua desigualdade, possa superar os dramas da pobreza e da exclusão.

Por exemplo, o tráfico que dá emprego, o furto, o roubo, o seqüestro que dão dinheiro, ou seja, a obtenção por meios ilícitos, daquilo que licitamente não se pode obter. O que revela, exatamente, que esses crimes que mais ameaçam as sociedades, no mundo chamado periférico, no mundo em desenvolvimento, a natureza desses crimes está simetricamente ligada a esses fatores, que acompanham a sociedade capitalista, a exclusão, a miséria, a desigualdade e a falta de sonho e de esperança, o que revela que

nós precisamos, mesmo, combater essas causas, se é que queremos adotar políticas públicas efetivas, conseqüentes e eficazes no debelamento da criminalidade.

Ou enfrentamos essa causa poderosíssima, que atravessa a formação social brasileira desde cedo, a exclusão, a desigualdade, o latifúndio, a miséria, o patrimonialismo, a violência do Estado, ou não erradicamos a violência e continuaremos prendendo os pobres, administrando a miséria, matando os pobres. Estão tecendo um Estado policialesco, um Estado de terror em nome, às vezes, de um mal arrevesado conceito de crime organizado, que é o nosso terrorismo, que justifica, por exemplo, que um juiz federal possa levantar o sigilo telefônico de uma nação inteira, que um comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro possa matar seis cidadãos cariocas e dizer: “esse é o melhor antídoto contra a dengue”, coisa que nem o presidente da República, nem o presidente do Supremo Tribunal Federal pode fazer: dizer que vai para a rua matar os indivíduos que estão fora da lei.

Essa idéia de uma irreal violência crescente, em boa medida real, em boa medida manipulada, essa idéia da existência de um crime organizado que justifica a suspensão das liberdades públicas fundamentais, assim como, lá, nos Estados Unidos da América, onde o presidente Bush justificou a suspensão das mesmas liberdades em nome do combate ao terrorismo.

Isso tem feito com que nós, a exemplo de um sociólogo Loïc Wacquant que bem analisou a administração da miséria nos Estados Unidos da América, quando dizia: “estamos construindo um Estado penal”, estamos criminalizando as condutas, encarcerando os criminosos, que não por acaso, na sociedade moderna eram encarcerados nas *work houses*; que não por acaso eram as “casas de trabalho”, para aqueles que não consentiam, para usar uma expressão gramsciana, não consentiam com a exclusão, com a miséria, com a desigualdade, o que me parece que, também, a juventude de hoje não está consentindo mais. Infelizmente, e não poderia ser diferente, que um menino que não possa se organizar em torno de partidos, de organizações, de ONGs e movimentos sociais para lutar contra a desigualdade e a miséria, vai lutar com as armas que tem, com a alienação que tem. Isso é o nosso grande drama.

Eu queria fechar então, comungando das idéias do professor Mariano, quando afirma que efetivamente a criminalidade e a violência são algo muito peculiar à sociedade capitalista, porque como eu disse, acho que na base da violência está a desigualdade e na base da desigualdade está a mais-valia, a propriedade privada dos meios de produção. Tanto a desigualdade é fator de violência que, prova disso, os crimes que hoje estão no cume, no auge das cifras da criminalidade, são os crimes contra o patrimônio. Seqüestro e latrocínio são crimes que têm um fundo também econômico, praticados por aqueles que estão alijados, excluídos ou experimentando as pressões da desigualdade.

Sempre me pareceu uma coisa óbvia e eu sempre escolhi, hoje e cada vez mais, o auditório onde vou falar dessas coisas relativas à criminalidade na sociedade capitalista. Como tenho dito aos meus alunos: eu me demiti um pouco dessa tarefa de “pregar no deserto”, de abordar as causas da criminalidade numa sociedade que não quer enxergá-las. Eu tenho escolhido, portanto, as possibilidades do auditório. Perelman recomenda que se você quer se comunicar ou convencer alguém, a primeira coisa que você tem que fazer é escolher o auditório, e depois escolher o seu discurso. Não adianta estabelecer os confrontos com quem não houve ou não enxerga. Logo, tenho procurado escolher e definir melhor o meu auditório. Como agora estamos num auditório, além de muito seletivo, muito qualificado, muito progressista, muito abertos às discussões democráticas, muito pronto a buscar a verdade; eu tentei dizer alguma coisa já parecida com o que dizia Rousseau: “[...] a raiz de todos os males, da violência e da desigualdade está no momento em que alguém cercou uma propriedade e disse: isso é meu, e achou gente ingênua o suficiente para acreditar.”